

EFEITOS DA NÃO CORREÇÃO MONETÁRIA NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO PÓS CONVERGÊNCIA AO PADRÃO IFRS*

EFFECTS OF NO MONETARY CORRECTION ON ACCOUNTING INFORMATION AFTER THE CONVERGENCE TO IFRS STANDARD

Copyright © 2021 Fipecafi. Todos os direitos reservados.

Recebido em: 07/03/2021. Modificações requeridas em: 02/09/2021. Aceito em: 06/09/2021.

DOI: <https://doi.org/10.53826/2763-7069.v2n1.2021.id28>

Vinicius Felix da Silva

Universidade de São Paulo (FEA/USP) - São Paulo (Brasil)
vinyfelix96@gmail.com

Mara Jane Contrera Malacrida

Universidade de São Paulo (FEA/USP) - São Paulo (Brasil)
maracont@usp.br

RESUMO

Este estudo teve como objetivo verificar se existem diferenças significativas entre os indicadores de endividamento, rentabilidade e o valor do imobilizado de empresas, calculados com valores nominais e corrigidos, de diferentes setores econômicos no cenário pós convergência às normas internacionais de contabilidade. Para tanto, foram analisadas 229 empresas de capital aberto listadas na B3, no período de 2007 a 2018, incluídas na base de dados mantida pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Foram analisados os efeitos da correção monetária em relação ao setor econômico de atuação das empresas e a evolução anual das diferenças entre os indicadores por meio dos testes de médias. Os resultados evidenciaram a existência de diferenças significativas para todas as variáveis de estudo, com exceção do indicador de rentabilidade para o setor de Transportes, que não apresentou diferença significativa, e para o setor de Infraestrutura que teve resultado inconclusivo. Os resultados obtidos indicam que ocorreram prejuízos informacionais significativos nos 12 anos analisados para os usuários destas informações e também o quão complexo são os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras das empresas, visto que quando essas diferenças são acompanhadas ano a ano, é possível observar que cada setor responde de maneira diferente aos seus efeitos, de modo que quanto maior o corte temporal analisado, maior é a tendência de discrepância entre dados nominais e corrigidos. Os resultados também evidenciam que itens não monetários são fortemente prejudicados pela não correção e que a adoção das normas internacionais de contabilidade não foi capaz de eliminar os efeitos da inflação.

PALAVRAS-CHAVE: Correção Monetária, Informações Contábeis, Inflação, Rentabilidade, Imobilizado.

ABSTRACT

This study aimed to analyze whether there are significant differences between the indicators of indebtedness, profitability and the value of the fixed assets of companies,

* Apresentado no XX USP *International Conference in Accounting*, 2020.

calculated with nominal and adjusted values, from different economic sectors and in the scene after the convergence of international accounting standards. 229 publicly companies listed on B3, from 2007 and 2018, were included in the database maintained by FIPECAFI. The effects of the monetary correction in relation to the economic sector in which the companies operate and the annual evolution of the differences between the indicators were analyzed using the means tests. The results showed the existence of significant differences for all studied variables, with the exception of the profitability indicator for the Transport sector, which showed no significant difference, and for the Infrastructure sector, which had an inconclusive result. The results indicate that there was significant information loss in the 12 years analyzed for the users of this information and also how complex the effects of inflation are on the financial statements of companies, since when these differences are monitored year by year, it is possible to observe that each sector responds differently to its effects, so that the greater the time cut analyzed, the greater the tendency for discrepancy between nominal and adjusted data. The results also show that non-monetary items are strongly affected by the end of the inflation adjustment and that the adoption of international accounting standards has not been able to eliminate the effects of inflation.

KEYWORDS: *Monetary Adjustment, Accounting Information, Inflation, Profitability, Fixed Assets.*

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui um passado recente marcado por períodos hiperinflacionários que impactaram significativamente a vida dos brasileiros, que perceberam entre diversos efeitos, a perda de referencial e capacidade de compra da moeda. Foi neste período, por exemplo, que se tornou eternizado na memória coletiva o som das máquinas de remarcação de preços, “os fiscais do presidente”, preços congelados bem como o hábito das famílias em realizar a “compra mensal” como estratégia contra a corrosão de salários e aumento geral diário dos preços. Vivenciamos no Brasil, segundo Leitão (2014), uma inflação acumulada durante o período de 1986 a 1994 de aproximadamente 13,3 trilhões por cento.

Dessa forma, não são meras coincidências as tão complexas metodologias desenvolvidas no Brasil, como a Correção Monetária Integral de Balanços, para apuração dos efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis. Existiu todo um ambiente social e econômico que exigia a produção de informações que refletissem adequadamente os efeitos inflacionários sobre a saúde financeira das empresas.

Apesar disso, de acordo com Yamamoto (2002) e Santos (1998), o movimento de queda dos índices inflacionários, resultado entre outras medidas, da adoção do Plano Real em 1994, fomentou bases para que as pessoas daquela época julgassem desnecessária a elaboração de demonstrações corrigidas, visto que finalmente os efeitos inflacionários no Brasil estavam variando no mesmo patamar de países desenvolvidos e que a maioria destes não realizavam também nenhuma forma de atualização de seus números. Como resultado, a lei nº 9.249/95 foi instituída, proibindo qualquer forma de atualização monetária tanto para efeitos societários quanto para fiscais. No mesmo sentido, em 2001 o Conselho Federal de Contabilidade divulgou a Resolução nº 900, que acompanhou o entendimento das normas internacionais, regulamentando a utilização do princípio da atualização monetária nas demonstrações financeiras somente quando a inflação acumulada do triênio for próxima ou superior a 100%.

Nesse contexto, preocupados com os efeitos das decisões, diversos trabalhos acadêmicos foram produzidos no Brasil com a finalidade de analisar os efeitos destas resoluções sobre a qualidade das informações divulgadas, como Santos (1998), Martins (2004), Fabiano (2006), Salloti, Lima, Corrar, Yamamoto e Malacrida (2006), Ambrozini (2006), Rezende (2009) e Melo, Amaral, Nagai e Martins (2011), que estudaram entre outros aspectos, a expertise contábil brasileira em lidar com a correção de demonstrações e a existência de impactos significativos a respeito da comparabilidade entre números nominais e corrigidos.

Diante do cenário exposto, cabe então apresentar a problemática: passados 24 anos desde o fim da obrigatoriedade da correção monetária, ainda existem prejuízos informacionais para os usuários externos das demonstrações contábeis? Há impacto significativo sobre indicadores importantes das empresas? Em vista das problematizações levantadas, este trabalho busca investigar se existem diferenças significativas entre os indicadores de endividamento, rentabilidade e o valor do imobilizado de empresas, calculados com valores nominais e corrigidos, de diferentes setores econômicos e no cenário pós convergência das normas internacionais de contabilidade, de modo a expandir os trabalhos desenvolvidos por Salloti, Lima, Corrar, Yamamoto e Malacrida (2006).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O problema da hiperinflação

O Brasil vivenciou experiências inflacionárias que impactaram significativamente o cotidiano da população. No início da década de 1990, o país chegou a enfrentar uma inflação acumulada de 83% ao mês. Esse número da inflação, equivale a dizer que um produto que custasse 100 reais neste mês, custaria 183 no mês seguinte. As pessoas daquela época se viam obrigadas a gastar seus salários imediatamente, pois os aumentos diários dos preços não acompanhavam a correção dos salários, que quando ocorriam, eram geralmente trimestrais. Em outras palavras, a perda de poder de compra era diária

O cenário era de escassez de alimentos, remarcações de preços diárias e de falta de noção relativa quanto ao valor de produtos e serviços. De acordo com Leitão (2014), as empresas tinham muito receio na precificação de seus produtos, pois se corrigissem os preços muito para cima perdiam os clientes, caso a alteração fosse muito abaixo da inflação, perdia a empresa. Na época, existiam nos telejornais quadros comparativos de preços de produtos e serviços no mercado. Leitão (2014) traz o exemplo de uma reportagem em que o mesmo aspirador de pó que custava 899 cruzados numa loja, custava 2.000 em outra a poucos metros de distância.

A inflação é um fenômeno natural da economia e pode ser compreendida como o aumento do nível geral de preços resultante de diversas causas, entre elas, pressões de demanda, pressões de custos, inércia inflacionária e expectativas de inflação, conforme o Banco Central do Brasil (2021).

Contudo quando se aborda o tema no Brasil, o que primeiro vem à mente das pessoas são as consequências negativas do período hiperinflacionário. Apesar disso, para entender as consequências desse fenômeno é preciso observar seu comportamento antes das décadas de 80 e 90. Conforme explicam Pereira e Nanako

(1991), o descontrole brasileiro se iniciou com o período do Golpe Militar (1964-1985) e entre os fatores que explicam tal descontrole, ressalta-se o aumento do gasto público no financiamento do denominado “milagre econômico”, o aumento da dívida pública, que chegou a representar 50% do PIB em meados da década de 80 e os efeitos da crise internacional do petróleo sobre o território nacional.

Diversas foram as tentativas do governo de tratar as consequências negativas da inflação. Em 1986, foi lançado o plano cruzado, que promoveu o congelamento dos preços e convocou os cidadãos a serem fiscais do presidente, como resultado teve a escassez de produtos nas gôndolas e desincentivo à produção. Em 1989, tentou-se o Cruzado Novo, que provocou o aumento dos juros e a escassez da concessão de crédito. Em 1990, o Plano Collor, tentou estabilizar a inflação a partir do controle da renda, congelando principalmente os recursos em poupança, outra tragédia.

Foisomentecomo Plano Real em 1994, aliado a estratégias de contingenciamento de gastos da máquina pública, somados ao aumento de impostos e um conjunto de privatizações, que o cenário econômico passou a sentir melhoras. A economia deixou de ser indexada, a exemplo, do fim da correção automática de salários e promoveu uma maior abertura às importações. Foi a partir desse plano que foram estabelecidas, por exemplo, políticas cambiais mais eficientes e as metas de inflação.

2.2 Inflação no padrão IFRS (IAS 29 e CPC 42)

A *International Accounting Standards* (IAS) 29, adaptada e traduzida para o contexto brasileiro por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que emitiu o CPC 42, é aplicável às Demonstrações Contábeis cuja moeda funcional seja de ambiente hiperinflacionário.

O CPC 42 discute que em um ambiente hiperinflacionário, as demonstrações contábeis sem atualização monetária não são comparáveis, visto que a inflação provoca a corrosão da capacidade de compra do dinheiro, o que faz com que a comparação de valores de datas diferentes seja ineficiente. A norma não define, contudo, qual taxa caracteriza um ambiente hiperinflacionário, mas estabelece quais seriam as principais características. Conforme o CPC 42 (2018, p. 03), as características comuns são:

- (a) a população em geral prefere manter sua riqueza em ativos não monetários ou em uma moeda estrangeira relativamente estável. Os valores em moeda local detidos são imediatamente investidos para manter o poder aquisitivo;
- (b) a população em geral considera os valores monetários não em termos da moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira relativamente estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- (c) as compras e as vendas a crédito ocorrem a preços que compensam a perda esperada do poder aquisitivo durante o período do crédito, ainda que esse período seja curto;
- (d) as taxas de juros, salários e preços são atrelados a um índice de preços; e
- (e) a taxa de inflação acumulada no triênio se aproxima ou excede 100%.

No pronunciamento, é levantada a questão de que as demonstrações contábeis são realizadas majoritariamente com base no custo histórico, dadas algumas exceções em que é possível utilizar mensurações a valor justo, como é o caso de ativos biológicos.

Outras entidades utilizam também o custo corrente, que é capaz de refletir as mudanças no índice geral de preços, porém, ambas as mensurações, seja a custo histórico ou corrente, só serão úteis se forem apresentadas em moeda da data final do período de relatório.

Em relação aos ganhos ou perdas resultantes da atualização monetária, todos estes deverão ser registrados na Demonstração de Resultados Abrangentes e é mandatória a apresentação do período anterior corrigido monetariamente para efeitos de comparação.

O pronunciamento desautoriza a divulgação dos itens exigidos pela norma de forma complementar e não recomenda a apresentação das demonstrações contábeis antes da atualização monetária. A norma estabelece ainda uma série de tratativas quanto às Demonstrações Contábeis. Os principais e mais recorrentes pontos estão apresentados no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Resumo CPC 42.

Demonstrações Contábeis Custo Histórico - Quadro Resumo	
Item	Tratativa
Itens monetários: “Aqueles que serão pagos ou recebidos em dinheiro”	Não necessitam de correção.
Ativos e Passivos contratualmente sujeitos a mudança de preço: Exemplo títulos e empréstimos	Ajustar ao valor justo, de acordo com as taxas acordadas, posteriormente precisam ser atualizados monetariamente
Ativos e Passivos não monetários	Deverão ser corrigidos monetariamente
Ativos e Passivos não monetários reconhecidos por valor corrente: Valor realizável ou valor justo	Deverão ser registrados pelo valor da data final do relatório. Não necessitam de atualização
Ativos e Passivos não monetários passíveis de depreciação e amortização: Exemplo: Imobilizado, Estoques, <i>Goodwill</i> //Ágio etc.	Deverão ser corrigidos monetariamente desde o período da data de aquisição. No caso de estoques acabados e parcialmente acabados (CPC 42 item 15) deverão ser atualizados desde a data em que os custos de compra e fabricação foram incorridos.
Itens não monetários atualizados que excederam o valor recuperável.	Deverão ser reduzidos ao valor recuperável. Para mais detalhes, verificar CPC 01
Despesas com financiamentos, empréstimos.	Não é recomendada a atualização, visto que normalmente já contém a parcela referente e atualização monetária
Itens do Patrimônio Líquido.	A partir da primeira aplicação do CPC 42, todos os itens do Patrimônio, com exceção das Reservas de Reavaliação e Lucros Acumulados, deverão ser corrigidos a partir da data de sua constituição. As Reservas de Reavaliação de períodos anteriores deverão ser eliminadas e as de Lucros Acumulados não necessitam de atualização

Fonte: CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (2008)

Outra consideração importante trazida pelo pronunciamento diz respeito às

diferenças entre base fiscal e societária para cálculos dos tributos sobre o Lucro, a qual deverá ser tratada de acordo CPC 32 – Tributo sobre o Lucro. Já em relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa e à Demonstração do Valor Adicionado, elas também necessitam de correção monetária.

Por fim, além de orientar o caso em que companhias possuem controladas em território nacional e internacional, o pronunciamento destaca quais são os itens necessários na divulgação das demonstrações atualizadas, entre eles, o destaque de que as demonstrações contábeis estão corrigidas, a forma de mensuração, se é custo histórico ou corrente, bem como a identificação do índice de preços utilizado em conjunto com a variação percentual ocorrida entre os períodos apresentados.

2.3 Modelos de Correção Monetária

Durante o período de exigência da correção monetária integral de balanços, existiam dois principais modelos de mensuração: o método de Correção Monetária de Balanço (CMB) e a Correção Monetária Integral (CMI). A principal diferença entre os modelos (SANTOS, 1998) é que a CMB reconhece todos os efeitos da inflação em uma única conta de resultado ao passo que o CMI distribui os mesmos efeitos da técnica anterior, somados alguns refinamentos, para todas as contas do balanço.

2.3.1 Correção Monetária de Balanço (CMB)

Instituída pela Lei nº 6404/76 e utilizada obrigatoriamente para fins fiscais a partir do decreto-lei nº 1.598/77, consistiu em uma técnica que demonstrava os efeitos da correção monetária por meio de registro no resultado e no balanço das organizações. Proveniente de um modelo inglês (MARTINS, 2004), e adaptada pela legislação brasileira, tratava-se de um modelo simples de ser executado, contudo, não facilmente compreendido. Resumidamente, os efeitos da inflação eram reconhecidos por meio de linha única no resultado em contrapartida às atualizações do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido.

2.3.2 Correção Monetária Integral (CMI)

De acordo com Gelbcke, Santos, Iudícibus e Martins, (2018), devido às grandes distorções presentes nas demonstrações de resultados das organizações, consequência das taxas elevadas de inflação vivenciadas pelo país, foi necessária a utilização de um método mais complexo de correção das demonstrações contábeis. Nesse sentido, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Instrução nº 64/87, solicitou que as empresas de capital aberto divulgassem demonstrações complementares elaboradas em moeda de poder aquisitivo constante, por meio da metodologia de Correção Monetária Integral, que ao contrário da primeira metodologia, corrigia monetariamente todas as contas presentes nas demonstrações contábeis das organizações.

Com essa técnica foi desenvolvida nas demonstrações a classificação entre itens monetários e não monetários, a inclusão do ajuste a valor presente nos valores prefixados de contas a receber e a pagar entre outros refinamentos.

2.3.3 Fim da Correção Monetária

Com a promulgação da Lei nº 9.249/1995, toda e qualquer forma de correção monetária das demonstrações contábeis das empresas brasileiras foi proibida tanto para fins societários quanto para fins fiscais. De acordo com Santos (1998) e Yamamoto (2002), o entendimento dos legisladores à época era que a correção das demonstrações contábeis era desnecessária, pois o país, no cenário pós plano real, tinha alcançado índices inflacionários próximos ao dos países desenvolvidos. Não só isso, argumentava-se que a maioria dos outros países não realizava nenhuma forma de atualização dos números de suas demonstrações. Outro aspecto defendido, era a necessidade de deixar para trás o passado hiperinflacionário que o país viveu, visto que as taxas inflacionárias divulgadas durante este período não eram confiáveis. Contudo, diversos trabalhos, como Fabiano (2006) e Salloti, Lima, Corrar, Yamamoto e Malacrida (2006), comprovaram que mesmo com índices inflacionários estáveis, indicadores como liquidez e rentabilidade corrigidos apresentavam diferenças significativas dos números nominais. Ademais, como pontua Santos (1998), não é uma boa prática comparar a realidade de outros países com o Brasil, uma vez que a experiência nacional obtida com este fenômeno tornou o país muito mais preparado para lidar com os efeitos da inflação.

Apesar das discussões, o entendimento do Conselho Federal de Contabilidade corroborou com a Lei nº 9.249/95, determinando que a aplicação da Correção Monetária nas demonstrações contábeis ocorresse somente quando a inflação acumulada do triênio for próxima ou superior a 100%.

2.4 Indicadores Financeiros

Existem diversos indicadores financeiros capazes de monitorar e mensurar a situação econômica financeira das organizações. Contudo, conforme descreve Matarazzo (2010), a quantidade de indicadores utilizados não é a questão mais importante para a qualidade da análise, mas sim quais as intenções e objetivos do usuário da informação.

Evidentemente, a análise dos indicadores financeiros não pode ocorrer de forma desprendida do contexto no qual a empresa se insere. É necessário, para um diagnóstico mais assertivo, contextualizar os valores obtidos. Em outras palavras, é necessário observar a evolução interna dos números da empresa, os padrões em relação ao setor de atuação e comparar o desempenho frente à concorrência.

Em vista disso, o escopo deste trabalho se restringe a analisar 3 indicadores, sendo eles indicadores de endividamento, rentabilidade e a diferença observada entre os valores do ativo imobilizado societário e o corrigido das companhias de capital aberto listadas na B3 e que fazem parte da base de dados da Melhores e Maiores.

2.4.1 Endividamento

Financiamento ou endividamento pode ser compreendido como recursos que empresas tomam num determinado prazo e custo cujo objetivo é, na maior parte dos casos, subsidiar a expansão das atividades organizacionais.

O nível de endividamento é uma das *proxies* mais importantes do ponto de vista dos usuários das informações contábeis. A partir dele, é possível identificar qual o nível de dependência de capital de terceiros, a composição de estrutura de capital e o risco de *default* que uma companhia pode apresentar. Não só isso, o nível de endividamento é frequentemente utilizado por instituições financeiras para compor o

score de concessão de crédito e como parâmetro para elaboração de *covenants*, que são cláusulas contratuais condicionadas

Um dos indicadores abordados na pesquisa é o de **Endividamento Geral**, obtido pela razão entre Passivo Total e Patrimônio Líquido. Esse indicador pode ser interpretado como: quanto a empresa utilizou de recursos de terceiros para cada \$ 1 de recursos próprios aplicados.

$$\text{Endividamento Geral} = \frac{(\text{Passivo Total})}{(\text{Patrimônio Líquido})}$$

2.4.2 Rentabilidade

A rentabilidade é uma das principais medidas de análise financeira de uma organização, sendo responsável por medir a capacidade do negócio em gerar recursos financeiros e fornecer subsídios para tomada de decisões estratégicas. De acordo com Assaf Neto (2012), a análise de rentabilidade avalia o desempenho econômico, lucratividade e retorno financeiro obtido através dos investimentos das empresas. Trata-se de uma medida de êxito econômico da corporação.

O indicador utilizado neste trabalho é o denominado **Rentabilidade Sobre Patrimônio Líquido (RPSL)**, que representa a rentabilidade auferida pela empresa através da divisão do Lucro líquido pelo Patrimônio Líquido. Esse indicador pode ser interpretado como: quanto a organização obteve de lucro para cada \$1 de recursos próprios aplicados.

Cabe destacar que existem diversas abordagens possíveis na literatura a respeito do denominador utilizado para o cálculo do RPSL, tais como Patrimônio Líquido inicial, Patrimônio Líquido final e Patrimônio Líquido médio. Para efeito desta pesquisa, o denominador utilizado é o Patrimônio Líquido final subtraído do Lucro Líquido auferido no período, visto que apurado o resultado, o Lucro Líquido é incorporado ao valor do Patrimônio Líquido final.

$$\text{RPSL} = \frac{(\text{Lucro Líquido})}{(\text{Patrimônio Líquido Final} - \text{Lucro Líquido})}$$

2.4.3 Ativo Imobilizado Societário e Corrigido.

O ativo imobilizado compreende o conjunto de bens e direitos sob controle das organizações utilizados nas atividades operacionais da entidade. São itens do imobilizado, por exemplo, os edifícios, as máquinas, equipamentos e veículos. De acordo com o CPC 27 (2009, p. 03),

Ativo Imobilizado é o item tangível que:

- (a) É mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
- (b) Se espera utilizar por mais de um período.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Atualmente, por meio da convergência às normas internacionais, o Ativo

Imobilizado é afetado por diferentes formas de mensuração. Evoluiu-se de um modelo que atribuía as despesas de depreciação por meio de tabelas fiscais para um modelo em que a própria organização determina o tempo de vida útil de seus ativos. Não só isso, o valor do Imobilizado também é passível de ser impactado pela Redução ao Valor Recuperável, que visa, segundo Malacrida, Yamamoto e Paccez (2019), assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Outro ponto que merece destaque diz respeito ao fim da possibilidade de reavaliar os ativos imobilizados.

2.5 Evidências Empíricas

Diversas pesquisas se dedicaram, sob diferentes aspectos, a estudar os efeitos do fim da correção monetária sobre as informações contábeis.

Santos (1998) pontuou a diferença de refinamento entre as duas técnicas de correção e respondeu os principais argumentos desfavoráveis à Correção Monetária. O autor defende que mesmo em patamares inflacionários aceitáveis, a inflação acumulada ainda é significativa e deveria ser levada em consideração. Defende ainda que devido à experiência com o assunto, o país possui maior expertise em relação a aplicação da técnica e por isso o Brasil não deveria ser comparado ao cenário internacional. Por fim, cita autores renomados favoráveis à correção e trata que independente do fim da obrigatoriedade da correção, a inflação ainda continua presente, impactando valores de ativos, passivos e resultados.

Segundo Rezende (2009), entre os principais motivos para o desuso das técnicas de correção estão o fim da obrigatoriedade, o poder institucional de órgãos reguladores (CVM) e a Secretaria da Receita Federal (SRF), regulação do governo e recomendações de empresas de auditoria e consultoria.

Fabiano (2006) investigou se os indicadores de rentabilidade nominais de bancos eram maiores que os corrigidos pelos efeitos da correção e se o Índice Basileia das instituições financeiras era significativamente menor que os ajustados pela inflação. Com uma amostra formada pelos 50 maiores bancos no país, de acordo com Relatório do Banco Central, no período de 1996 a 2002, o autor concluiu que, mesmo em ambientes de taxas inflacionárias reduzidas, os indicadores contábeis extraídos das demonstrações não corrigidas apresentavam distorções significativas.

Já Salotti, Lima, Corrar, Yamamoto e Malacrida (2006) investigaram as consequências de não se considerar a correção monetária sobre as demonstrações contábeis das empresas e como se comportavam os efeitos da não correção em diferentes setores econômicos. O trabalho examinou a possibilidade de existência de diferença significativa entre dados nominais e corrigidos de indicadores de endividamento, liquidez e rentabilidade. A amostra analisada era formada por empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores, que divulgaram demonstrações corrigidas no período de 1996 a 2002. O artigo identificou a existência de diferença significativa para a maioria dos setores analisados e concluiu que embora as distorções não sejam igualmente percebidas em todos os setores e índices, elas podem resultar em conclusões equivocadas por parte dos usuários das informações.

Ambrozini (2006) complementa a visão sobre as consequências do fim da correção ao analisar sob a perspectiva dos lucros e da distribuição de dividendos pelas companhias não financeiras no período de 1994 a 2004. A partir de uma amostra composta por 255 empresas, o autor constatou distorções significativas entre o lucro societário e corrigido pela inflação.

Mais recentemente, a pesquisa de Melo, Amaral, Nagai e Martins (2011) procurou identificar quais foram os impactos do fim da correção monetária sobre as demonstrações contábeis de companhias de energia elétrica quanto aos Ativos Imobilizados, Patrimônio Líquido, Resultado do Exercício e Retorno sobre o Patrimônio dessas organizações. Foram estudadas as 24 maiores empresas de energia elétrica listadas na B3 e a amostra compreendeu o período de 1995 a 2009. Os pesquisadores concluíram que os valores históricos e nominais são estatisticamente divergentes dos valores corrigidos.

Portanto, dado o contexto exposto, o presente trabalho permite verificar se ainda se observam diferenças significativas entre dados nominais e corrigidos bem como amplia a discussão dos impactos sobre a qualidade das informações contábeis divulgadas. Também permite verificar o grau de distorção entre as informações, dado o cenário de convergência das normas internacionais de contabilidade na conjuntura brasileira, os setores econômicos e o comportamento das diferenças analisadas anualmente.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados que compõem esta pesquisa foram fornecidos pela FIECAFI e referem-se às empresas não financeiras de capital aberto ranqueadas pela revista Melhores e Maiores. A revista todos os anos seleciona as 1.000 maiores empresas no Brasil e utiliza entre os critérios, o crescimento de vendas, a liderança de mercado, a liquidez corrente, a rentabilidade do patrimônio e a riqueza criada por empregado para classificar as organizações de destaque no mercado. Todos os valores empregados na publicação são atualizados pelos efeitos da inflação por meio do IPCA-IBGE.

As informações correspondem ao período de 2007 a 2018, das quais os indicadores de endividamento, rentabilidade e imobilizado foram calculados. Foram excluídas as empresas que não estiveram presentes nos 12 anos da série histórica de análise e as que apresentaram no mesmo exercício, prejuízo e patrimônio líquido negativo, visto que a divisão destes dois produziria indicadores de rentabilidade positivos.

Após as filtragens aplicadas, foram obtidas 278 empresas. Dessa amostra principal foi segmentada uma subamostra composta por 229 empresas a fim de garantir a análise setorial econômica proposta pelo estudo. Conforme Tabela 1 a seguir, os dados que compõem a subamostra totalizam 12 setores.

Tabela 1 – Amostra utilizada para análise setorial

Setores econômicos da amostra			
Indústria da Construção	10	Serviços de Saúde	17
Serviços	10	Bens de Consumo	19
Infraestrutura	13	Produção Agropecuária	20
Transporte	14	Química e Petroquímica	20
Atacado	15	Varejo	20
Siderurgia e Metalurgia	16	Energia	55
Total de empresas por setor			229

Fonte: Base de dados revista Maiores e Melhores – FIECAFI

A amostra utilizada é do tipo emparelhada, também conhecida como amostra dependente, pois avalia se os indicadores antes e pós efeitos da correção monetária são significativamente diferentes. Quanto a essa classificação, Bussab e Morettin (2017, p. 364) explicam: “Esse procedimento também é usado quando observações das duas amostras são feitas no mesmo indivíduo, por exemplo, medindo uma característica do indivíduo antes e depois de ele ser submetido a um tratamento.”

Dessa maneira, busca-se nesse teste verificar se a diferença entre as médias de cada um dos pares é significativa. Para verificar se existem diferenças significativas entre as variáveis societárias e corrigidas para os indicadores de endividamento, rentabilidade e imobilizado das organizações foi definida a hipótese de pesquisa principal:

$$H_0: \mu_{\text{societário}} - \mu_{\text{corrigido}} = 0$$

$$H_1: \mu_{\text{societário}} - \mu_{\text{corrigido}} \neq 0$$

Assim, a hipótese nula afirma que não existe diferença significativa entre os indicadores calculados. Já a segunda hipótese, denominada hipótese alternativa (H1), busca atestar a existência de diferença significativa entre os indicadores societários e corrigidos.

Dado esse entendimento, o teste é replicado às três variáveis de estudo

$$H_0: \mu_{\text{endividamento societário}} - \mu_{\text{endividamento corrigido}} = 0$$

$$H_1: \mu_{\text{endividamento societário}} - \mu_{\text{endividamento corrigido}} \neq 0$$

$$H_0: \mu_{\text{rentabilidade societária}} - \mu_{\text{rentabilidade corrigida}} = 0$$

$$H_1: \mu_{\text{rentabilidade societária}} - \mu_{\text{rentabilidade corrigida}} \neq 0$$

$$H_0: \mu_{\text{imobilizado societário}} - \mu_{\text{imobilizado corrigido}} = 0$$

$$H_1: \mu_{\text{imobilizado societário}} - \mu_{\text{imobilizado corrigido}} \neq 0$$

Antes de escolher o teste apropriado para amostras dependentes, é necessário identificar se a amostra é paramétrica ou não. De acordo com Fávero e Belfiore (2017), entende-se por testes paramétricos aqueles que utilizam os parâmetros da população tais como média, desvio padrão e variância populacional para testar as hipóteses de pesquisa. Além disso, Marôco (2007) determina que para que sejam utilizados testes paramétricos, duas condições precisam ser satisfeitas: (i) a variável de estudo segue uma distribuição normal; (ii) a variância populacional seja homogênea.

Os principais testes de aderência utilizados para testar a normalidade de uma amostra são Kolmogorov-Smirnov e Shapiro–Wilk. As análises pelos dois testes indicaram que as variáveis não seguem a distribuição normal ao nível de significância de 5%.

Em função das variáveis não possuírem distribuição normal, utilizou-se testes não paramétricos. Os testes não paramétricos utilizados para amostras emparelhadas são os testes dos Sinais e o teste de Wilcoxon. De acordo com Fávero e Belfiore (2017), o teste dos sinais é baseado na mediana da população e pressupõe que a distribuição das variáveis seja contínua e que a probabilidade de se obter um valor amostral inferior ou superior ao valor da mediana seja de 50%. Assim, dado um número especificado pelo pesquisador, se os valores obtidos a partir da amostra forem

inferiores a mediana, recebem o sinal (-), caso superiores (+). A hipótese nula do teste é satisfeita se os valores da amostra positivos e negativos se distribuírem igualmente e que a soma destes sejam aproximadamente iguais. O teste de Wilcoxon é semelhante ao teste dos sinais, no entanto, trata-se de uma mensuração mais robusta, pois leva em consideração a magnitude da diferença dentro dos pares observados. Para ambos os testes, se o *p-value* resultante for inferior ao nível de significância escolhido (5%), rejeita-se a hipótese nula de que não existe diferença significativa entre os pares de estudo.

4. RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados para os testes de médias emparelhadas para as variáveis de estudo: endividamento rentabilidade e ativo imobilizado. Nas tabelas são apresentados os valores das estatísticas (Z), os níveis de significância encontrados e a conclusão a respeito dos testes estatísticos utilizados. Todos os valores foram calculados utilizando o software SPSS.

4.1. Análise dos Indicadores para o Período

A Tabela 2, a seguir, apresenta os resultados dos testes de médias para os indicadores societários e corrigidos, considerando todos os setores nos 12 anos de análise.

Tabela 2 - Teste de médias Wilcoxon e Sinais

Variável	Wilcoxon		Sinais	
	Z	p - value	Z	p - value
Endividamento Societário x Endividamento Corrigido	-31,520	0,000	-31,969	0,000
Rentabilidade Societária x Rentabilidade Corrigida	-16,476	0,000	-18,464	0,000
Imobilizado Societário x Imobilizado Corrigido	-48,391	0,000	-55,785	0,000

Fonte: base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS.

O teste utilizado considerou um nível de significância α de 0,05. Como é observado na Tabela 2, todas as variáveis de estudo apresentaram *p-value* inferior a 0,05, o que indica que as diferenças são significativas nos 12 anos analisados. Portanto, os resultados apontam que há prejuízo informacional para os usuários das informações contábeis no período estudado. Em outras palavras, os resultados indicam que os usuários das informações calcularam, por exemplo, indicadores financeiros, realizaram *covenants* e investiram e organizações com base em números que não refletiam a realidade econômica da organização. Contudo, cabe esclarecer que o fenômeno da inflação é complexo e precisa ser analisado sob diversos fatores, entre eles o setor de atuação e a volatilidade da taxa de inflação, como é visto a seguir.

4.2 Análise Setorial

Neste tópico são apresentadas as análises dos indicadores de endividamento,

rentabilidade e imobilizado por setor.

4.2.1 Índices de Endividamento

A Tabela 3 está organizada por setor de análise seguida do número de empresas identificadas na amostra. São comparados os resultados para os dois testes de diferenças de média não paramétricos, Wilcoxon e Sinais.

Tabela 3 – Testes de média – endividamento por setor

Setor	Nº de empresas	Wilcoxon		Sinais		Conclusão
		Z	p - value	Z	p - value	
Atacado	15	-6,714	0,000	-6,635	0,000	DS
Bens de Consumo	19	-8,812	0,000	-9,381	0,000	DS
Energia	55	-16,117	0,000	-17,811	0,000	DS
Indústria da Construção	10	-7,537	0,000	-6,481	0,000	DS
Infraestrutura	13	-8,032	0,000	-8,791	0,000	DS
Produção Agropecuária	20	-10,482	0,000	-11,446	0,000	DS
Química e Petroquímica	20	-7,111	0,000	-7,811	0,000	DS
Serviços	10	-6,053	0,000	-6,571	0,000	DS
Serviços de Saúde	17	-7,317	0,000	-7,660	0,000	DS
Siderurgia e Metalurgia	16	-5,816	0,000	-6,045	0,000	DS
Transporte	14	-7,850	0,000	-9,006	0,000	DS
Varejo	20	-8,361	0,000	-9,166	0,000	DS

Legenda: DS = Diferença Significativa

Fonte: Base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS.

O teste indicou diferenças significativas em todos os setores de análise no período de 2007 a 2018 para os indicadores societários e corrigidos de endividamento, visto que nenhum *p-value* foi superior ao nível de significância de 5%. Esse resultado indica perda de qualidade informacional das demonstrações contábeis destes setores para os usuários externos das demonstrações. O sinal negativo demonstra que o grau de endividamento está subavaliado, pois o calculado a partir das demonstrações contábeis com dados corrigidos é superior. Esse resultado indica a possibilidade de mensurações equivocadas a respeito do estudo da estrutura de capital, análise de crédito e o estabelecimento de *covenants* com base em endividamento.

Observa-se também que os resultados corroboram as pesquisas de Salloti, Lima, Corrar, Yamamoto e Malacrida (2006), que rejeitaram a hipótese de inexistência de diferença significativa entre indicadores de endividamento, com exceção do setor de alimentos e bebidas, que foi apresentado como inconclusivo em suas pesquisas.

Ademais, é possível identificar também que os 3 setores mais prejudicados pelos efeitos da inflação foram o de **energia, produção agropecuária e bens de consumo**. Já os 3 menos afetados foram os **setores de atacado, serviços, siderurgia e metalurgia**.

4.2.2 Índices de rentabilidade

Os resultados para os índices de rentabilidade são apresentados na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Testes de média – rentabilidade por setor

Setor	Nº de em- presas	Rentabilidade Societária x Rentabilidade Corrigida				Conclusão
		Wilcoxon		Sinais		
		Z	p – value	Z	p – value	
Atacado	15	-5,559	0,000	-6,299	0,000	DS
Bens de Consumo	19	-6,094	0,000	-6,466	0,000	DS
Energia	55	-3,051	0,020	-2,834	0,005	DS
Indústria da Construção	10	-6,662	0,000	-6,847	0,000	DS
Infraestrutura	13	-0,362	0,717	-2,232	0,026	Inconclusivo
Produção Agropecuária	20	-5,158	0,000	-4,999	0,000	DS
Química e Petroquímica	20	-6,320	0,000	-7,149	0,000	DS
Serviços	10	-2,399	0,016	-2,635	0,008	DS
Serviços de Saúde	17	-5,083	0,000	-6,080	0,000	DS
Siderurgia e Metalurgia	16	-5,717	0,000	-6,718	0,000	DS
Transporte	14	-0,498	0,618	-0,814	0,416	NS
Varejo	20	-6,032	0,000	-6,499	0,000	DS

Legenda: DS = Diferença Significativa; NS = Diferença Não Significativa

Fonte: Base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS.

Em relação aos indicadores de rentabilidade, com exceção dos setores de infraestrutura e de transporte, todos os demais apresentaram diferenças significativas entre os dados nominais e corrigidos no período de análise. Ademais, o sinal negativo dos indicadores demonstra que o valor da rentabilidade societária é inferior ao valor da rentabilidade corrigida, esse resultado indica a existência de prejuízo informacional aos usuários externos quanto à mensuração do nível de performance das organizações, visto a possibilidade de terem sido escolhidos projetos ou investimentos em entidades cuja rentabilidade real era, na verdade, inferior à esperada.

Ao contrário do artigo de Salloti, Lima, Corrar, Yamamoto e Malacrida (2006), neste artigo os setores de alimentos e bebidas (bens de consumo), comércio (varejo), energia, química e petroquímica, siderurgia e metalurgia apresentaram diferenças significativas. Esse resultado não invalida o trabalho dos pesquisadores, visto que a amostra analisada por estes pertencia a um diferente corte temporal (1996 a 2002) e se referiam a um cenário anterior à convergência das normas internacionais no Brasil.

No que diz respeito aos indicadores do setor de infraestrutura, o teste apresentou resultado inconclusivo, pois o resultado do teste de Wilcoxon não foi confirmado pelo teste de Sinais. Já em relação ao setor de transporte, o resultado do teste apresentou nível crítico superior a 5%, isso significa que a diferença entre os indicadores societários e corrigidos não é significativa a ponto de prejudicar a qualidade informacional do usuário destas informações.

Em resumo, os setores mais prejudicados pelos efeitos da inflação foram **indústria da construção, química e petroquímica e bens de consumo**. Já os menos impactados foram **infraestrutura, serviços e energia**.

4.2.3 Imobilizado

Os resultados para o imobilizado são apresentados na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5 – Testes de média – imobilizado por setor

Setor	Imobilizado Societário x Imobilizado Corrigido					
	Nº de empre- sas	Wilcoxon		Sinais		Conclusão
		Z	p - value	Z	p - value	
Atacado	15	-11,635	0,000	-13,342	0,000	DS
Bens de Consumo	19	-13,034	0,000	-14,967	0,000	DS
Energia	55	-18,381	0,000	-21,072	0,000	DS
Indústria da Construção	10	-9,506	0,000	-10,863	0,000	DS
Infraestrutura	13	-10,799	0,000	-12,370	0,000	DS
Produção Agropecuária	20	-13,430	0,000	-15,427	0,000	DS
Química e Petroquímica	20	-13,430	0,000	-15,427	0,000	DS
Serviços	10	-9,506	0,000	-10,863	0,000	DS
Serviços de Saúde	17	-12,354	0,000	-14,178	0,000	DS
Siderurgia e Metalurgia	16	-12,016	0,000	-13,784	0,000	DS
Transporte	14	-11,242	0,000	-12,884	0,000	DS
Varejo	20	-13,430	0,000	-15,427	0,000	DS

Legenda: DS = Diferença Significativa

Fonte: Base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS.

Os resultados encontrados comparando o valor do imobilizado societário e corrigido foram os mais expressivos entre os calculados para a pesquisa. Considerando o nível de significância de 5%, nenhum dos indicadores apresentou *p-value* superior a 0,05. Isto é, com grau de 95% de confiança é possível rejeitar a hipótese H0 de que não existem diferenças significativas entre os dados societários e corrigidos. Além disso, o sinal negativo indica que os ativos imobilizados divulgados nas demonstrações contábeis possuem valor inferior se comparados ao imobilizados corrigidos. Esse resultado indica relevante prejuízo informacional para os usuários externos das demonstrações, visto que diversos indicadores financeiros utilizam o valor total do ativo como base de mensuração, tais como análise de estrutura de capital, rentabilidade e retorno sobre o investimento.

A relevante discrepância entre os números pode ser explicada pela natureza do imobilizado, que é um item não monetário, composto, na maior parte dos casos, por moedas de poder aquisitivo diferentes, uma vez que é mensurado pelo custo incorrido no reconhecimento inicial.

Esses resultados evidenciam que a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil a partir de 2008 não é capaz de eliminar os efeitos da inflação sobre o ativo imobilizado, embora tenha trazido critérios que busquem incorporar análises econômicas, como, vida útil econômica do bem e teste de recuperabilidade

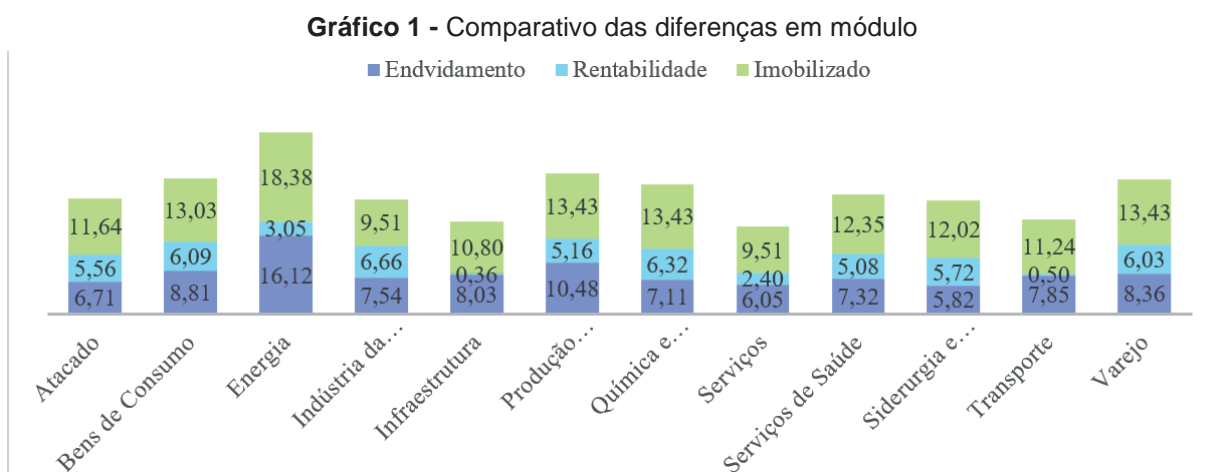
do ativo (*impairment*).

Em relação à produção acadêmica que analisa ativos imobilizados sob os efeitos da inflação, poucos são os trabalhos que discorrem a seu respeito. Contudo, não é possível deixar de citar os resultados obtidos por Melo, Amaral, Nagai e Martins (2011), que estudaram o impacto dessa diferenciação no setor de energia elétrica e assim como neste artigo, os pesquisadores atestaram empiricamente a existência de diferença significativa para os imobilizados do setor. Esses, entre outros motivos, atribuíram a diferenciação entre os valores analisados às peculiaridades da normatização contábil do setor de energia, que é regulamentado pela ANEEL e que recorrentemente faz uso do valor de mercado do ativo e não do custo histórico para seu registro, pois existem aspectos relacionados às questões de precificação de seus serviços aos consumidores.

Ademais, os setores que apresentaram maior diferença entre os indicadores foram os de energia, varejo, química e petroquímica e produção agropecuária. Já os menos afetados foram os de infraestrutura, serviços e indústria da construção. Cabe salientar que mediante os resultados apresentados, mesmo os setores que apresentaram menores níveis de diferença não podem ser relativizados, visto a expressividade da diferenciação entre os números da ordem média de 12 desvios em relação a Z.

4.2.4 Análise Conjunta dos Indicadores

O Gráfico 1 apresenta as diferenças encontradas pelo teste de Wilcoxon para os três indicadores e para cada setor analisados.



Fonte: base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS.

Analisando o Gráfico 1 é possível verificar quais setores foram mais impactados pela inflação no período de 2007 a 2018, bem como o indicador que apresenta maior diferença dentro de cada setor. O setor de energia foi o mais impactado, sendo a diferença entre o imobilizado societário e o corrigido a maior (18,38). Já o setor menos impactado foi o de serviços, sendo a diferença entre o imobilizado societário e o corrigido a menor.

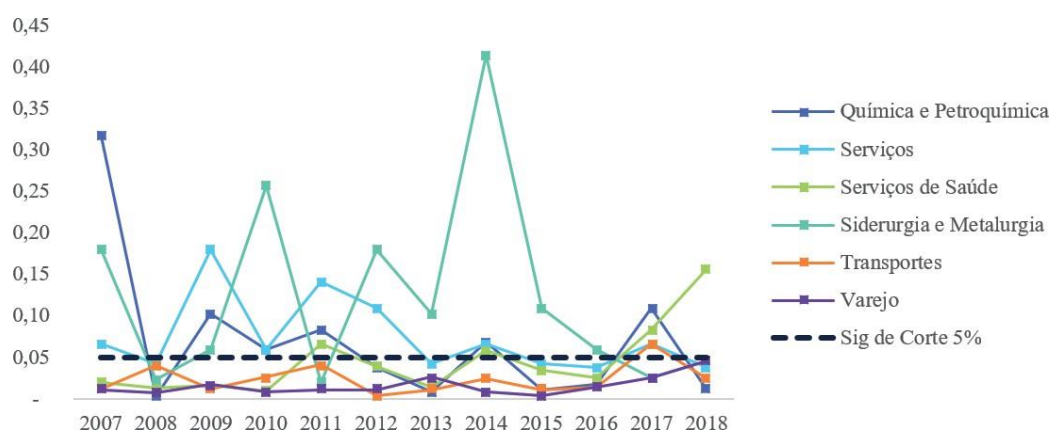
4.3 Análise Anual dos Indicadores por Setor

Nesta seção é analisada a evolução anual das diferenças entre os indicadores societários e os de endividamento corrigidos, rentabilidade e imobilizado dos setores estudados. Os dados estão apresentados por meio de gráficos a fim de proporcionar uma visualização melhor dos resultados.

4.3.1 Endividamento

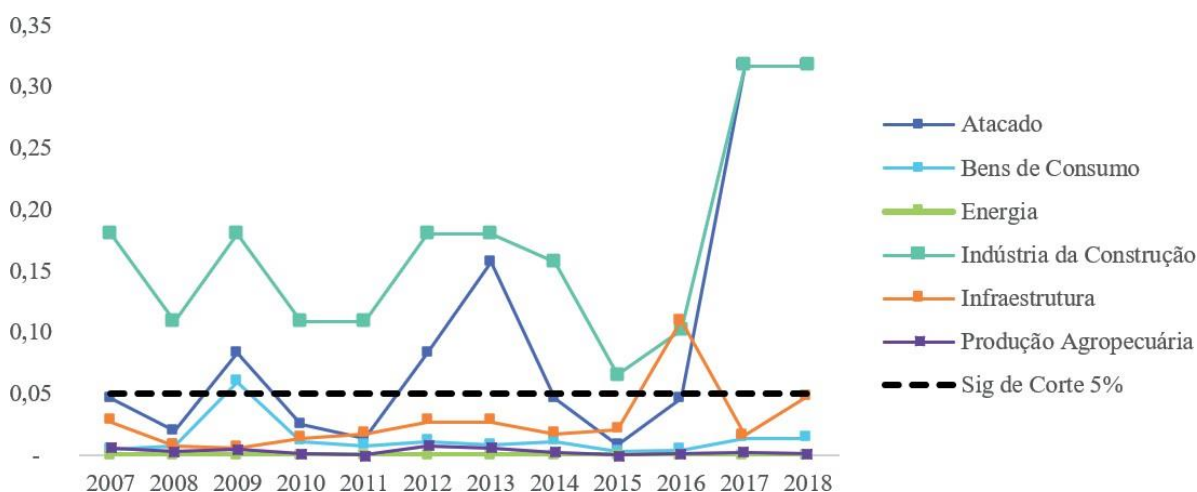
No que tange o endividamento, podem-se observar os seguintes dados:

Gráfico 2 – Endividamento por nível de significância



Fonte: Base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS.

Gráfico 3 – Endividamento por nível de significância



Fonte: Base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS.

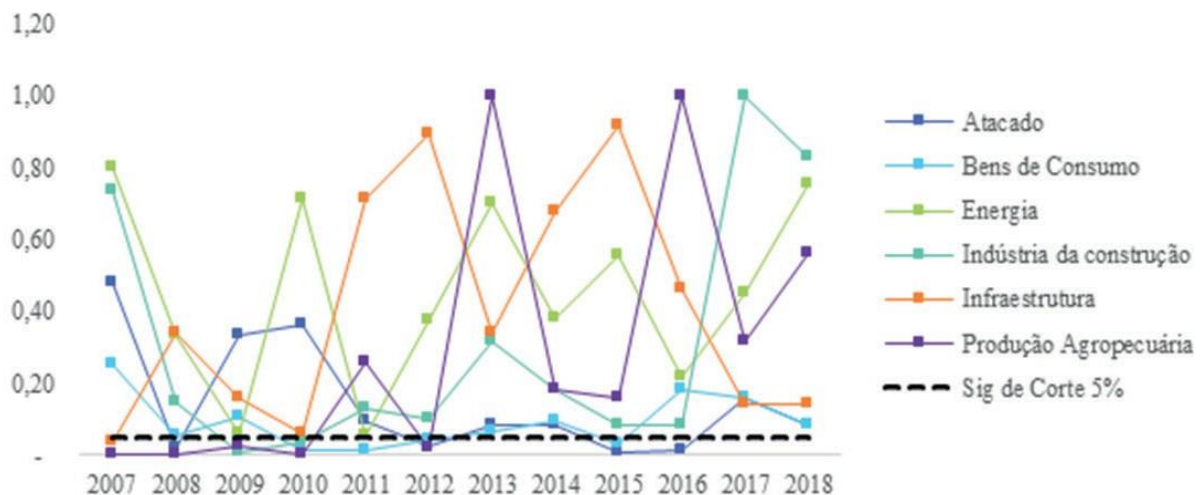
Na análise feita para o período de 12 anos, Tabela 3, todos os setores apresentaram diferenças significativas entre o nível de endividamento societário e o corrigido. Contudo, analisando ano a ano, é possível verificar que a diferença não é significativa para todos os anos quando analisados individualmente.

Analisando os Gráficos 2 e 3, é possível verificar que o nível de significância do indicador se comporta de maneira diferente para cada um dos setores quando a análise é feita anualmente. Os resultados demonstram a complexidade do estudo da correção e que além da *proxy* setor, esse fenômeno precisa ser observado levando em consideração também o ano de estudo. Essas análises não invalidam os resultados anteriores, mas indicam que as empresas são impactadas de modo distinto ao longo do tempo. Contudo, mesmo que alguns setores não tenham apresentado diferença significativas em todos os anos, sem a correção monetária os usuários das informações têm poucas condições de análise para saber qual período está sendo mais prejudicado pelos efeitos da inflação.

4.3.2 Rentabilidade

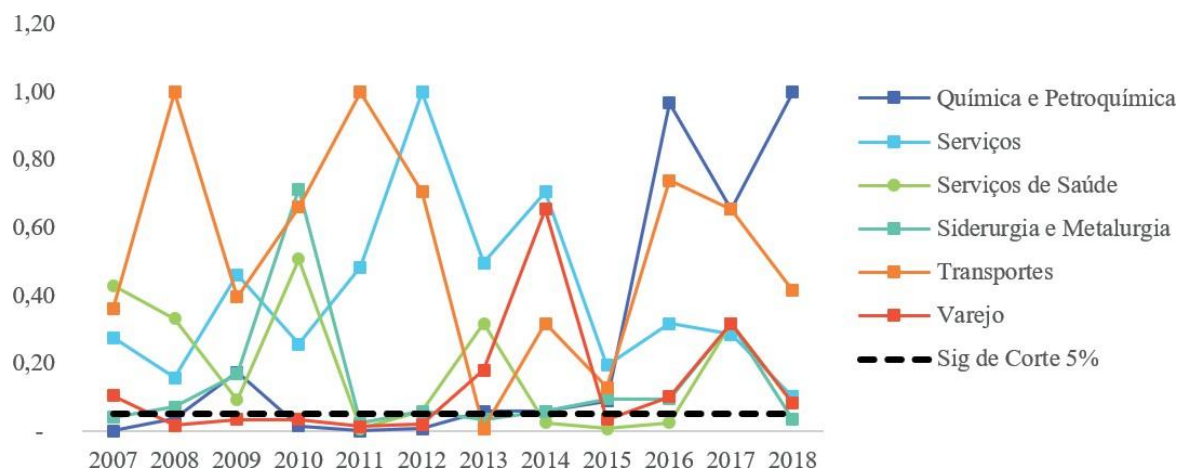
Em relação à rentabilidade, as análises são as seguintes:

Gráfico 4 – Rentabilidade por nível de significância



Fonte: base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS

Gráfico 5 – Rentabilidade por nível de significância



Fonte: Base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS

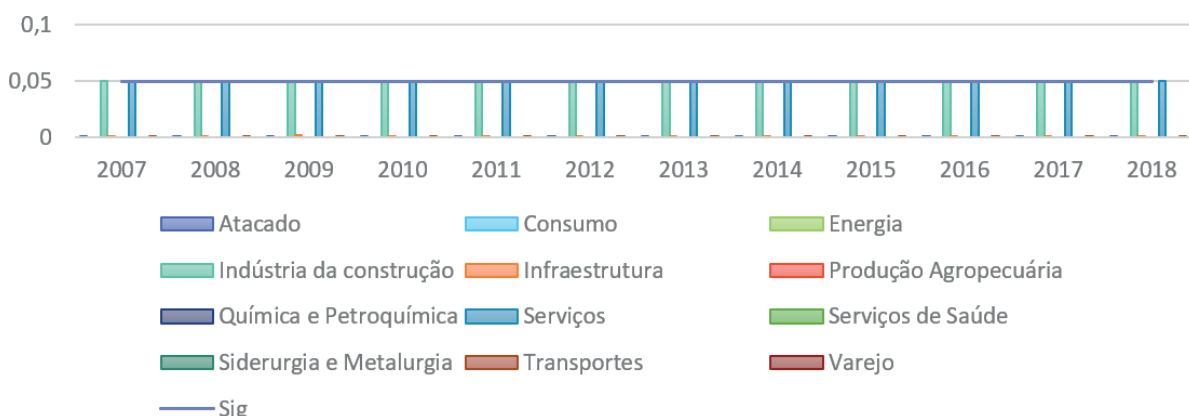
Na análise feita para o período de 12 anos, Tabela 4, com exceção dos setores de transporte e infraestrutura, todos os demais setores apresentaram diferenças significativas entre a rentabilidade societária e a corrigida.

Conforme observado nos Gráficos 4 e 5, identifica-se o mesmo comportamento verificado nos indicadores de endividamento para os indicadores de rentabilidade em relação ao comportamento das diferenças, ou seja, as diferenças não são significativas para todos os anos quando analisados individualmente. Quanto à exploração anual, a análise de rentabilidade apresentou significativa volatilidade de resultados, visto que na maior parte dos anos não foram encontradas diferenças significativas. Novamente, os resultados encontrados não invalidam os anteriores, visto que aqui se observam as evoluções anuais e não o somatório dos anos. Sem a correção monetária, os usuários das informações têm poucas condições de análise para saber qual período está sendo mais impactado pelos efeitos da inflação.

4.3.3 Imobilizado

A respeito do imobilizado, as análises são as seguintes:

Gráfico 6 – Imobilizado por nível de significância



Fonte: Base de dados da pesquisa calculados com o *software* SPSS

Na análise feita para o período de 12 anos, Tabela 6, é possível observar que todos os setores apresentaram diferenças significativas quando comparados valores societários e corrigidos. A análise anual do imobilizado confirma os resultados das pesquisas anteriores ao demonstrar a expressiva diferença entre dados nominais e corrigidos. A diferença é tão relevante que, para todos os anos e para todos os setores, é significativa estatisticamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo verificar se existiam diferenças significativas entre os indicadores de endividamento, rentabilidade e o valor do imobilizado de empresas, calculados com valores nominais e corrigidos, de diferentes setores econômicos, no cenário pós convergência das normas internacionais de contabilidade.

Os resultados obtidos *indicam* que ocorreram diferenças informacionais

significativas nos 12 anos de observação para os usuários dessas informações e também quão complexo são os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras das empresas, visto que, quando essas diferenças são acompanhadas ano a ano, é possível observar que cada setor responde de maneira diferente aos seus efeitos, de modo que quanto maior o corte temporal analisado, maior é a tendência de discrepância entre dados nominais e corrigidos.

Outro ponto de destaque refere-se à análise do imobilizado, que foi a variável que apresentou maior diferença significativa nos resultados dos testes. O que comprova como os itens não monetários são fortemente prejudicados pelo fim da correção e que a adoção das normas internacionais não foi capaz de eliminar os efeitos da inflação.

Quanto à hipótese principal da pesquisa, é possível responder que, mesmo passados anos desde o fim da obrigatoriedade da correção monetária e com taxas de inflação bem diferentes ao longo dos anos, ainda existem perdas informacionais para os usuários das demonstrações contábeis. As consequências desses resultados são as mais diversas e podem impactar desde um pequeno investidor que avalia o balanço de uma organização para decidir se compra ou não uma ação, até um robusto grupo financeiro que concede financiamentos e estabelece *covenants* com base em indicadores irreais.

Cabe ressaltar que esta pesquisa possui limitações metodológicas que podem em algum grau ter afetado os resultados obtidos, tais como tamanho, composição e diversificação da amostra por ser composta somente a partir do *ranking* estabelecido conforme os critérios da revista Melhores e Maiores.

Como sugestão para pesquisas futuras, seria de grande contribuição a investigação a respeito de quais são as proxies capazes de explicar por que alguns setores são mais prejudicados em comparação a outros quanto aos efeitos da inflação.

Ademais, além de atender à uma inquietação pessoal sobre quais são os impactos do fim correção sobre as demonstrações contábeis, (resultado, entre outros motivos, das discussões nas aulas de contabilidade avançada) este trabalho busca conscientizar os usuários dessas informações quanto à importância do tema e como suas decisões podem ser afetadas por tal fenômeno pois, como SANTOS (1998) afirmou, a inflação ainda continua presente, impactando valores de ativos, passivos e resultados.

REFERÊNCIAS

AMBROZINI, Marcelo Augusto. **O impacto do fim da correção monetária no resultado das companhias de capital aberto e na distribuição de dividendos: um estudo empírico no período de 1996 a 2004.** Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Política monetária. O que é inflação. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística básica.** São Paulo:

Editora Saraiva, 2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado**. Brasília: 2009. Disponível em: http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/316_CPC_27_rev%2013.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro**. Brasília: 2009. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/340_CPC_32_rev%2014.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária**. Brasília: 2018. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/558_CPC_42.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

FABIANO, Gabriel. **O impacto do fim da correção monetária na rentabilidade e adequação de capital dos bancos no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2006.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FIPECAFI. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Melhores e Maiores**. Disponível em: <https://fipecafi.org/Fundacao/FundacaoMelhoresMaiores>. Acesso em 15 nov. 2019.

GELBECKE, Ernesto; SANTOS, Ariovaldo; IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2018.

LEITÃO, Miriam. **A saga brasileira**. A longa luta de um povo por sua moeda. Rio de Janeiro: Editora Record. 2014.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera, YAMAMOTO, Marina Mitiyo; PACCEZ, João Domiraci. **Fundamentos da Contabilidade** – A nova contabilidade no contexto global. São Paulo: Editora Saraiva. 2019.

MARÔCO, João. **Análise estatística com utilização do SPSS**. São Paulo: Editora Sílabo, 2007.

MARTINS, Eliseu. **Origem do modelo brasileiro de correção monetária das demonstrações financeiras**. São Paulo: Boletim IOB. Temática contábil e balanços 2004.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Gerencial**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2010.

MELO, Scheila de; AMARAL, Juliana Ventura; NAGAI, Cristiane; MARTINS, Eliseu.

Catorze anos de demonstrações incompletas: um estudo em empresas de energia elétrica. São Paulo: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; NAKANO, Yoshiaki. **Hiperinflação no Brasil:** o primeiro plano Collor. Revista de Economia Política, v. 11, n.4 (44), outubro/ dezembro, 1991.

REZENDE, Amaury José. **Um estudo sobre o processo de desinstitucionalidade das práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras.** Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

SALOTTI, Bruno Meirelles; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; CORRAR, Luiz João, YAMAMOTO, Marina Mitiyo; MALACRIDA, Mara Jane Contrera. **Um estudo empírico sobre o fim da correção monetária integral e seu impacto na análise das demonstrações contábeis:** Uma análise setorial. São Paulo. 2006.

SANTOS, Ariovaldo. **Reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis** - infelizmente uma lição ainda não aprendida por muitos. São Paulo: IBRACON. 1998.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **The history of inflation recognition in brazil's accounting statement In: 3RD Workshop on accounting in historical perspective.** Lisboa: European Institute for Advanced Studies in Management, 2002. CD-ROM.

SOBRE OS AUTORES:



Vinicius Felix da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (2019). Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica Centro Paula Souza (2013). Analista Júnior do Itaú Unibanco.



Mara Jane Contrera Malacrida

Professora do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/ USP. Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (2001). Mestrado (2004) e Doutorado (2009) em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP. Vice-coordenadora do curso de graduação em Ciências Contábeis. Diretora Geral do Departamento de Finanças da Reitoria da Universidade de São Paulo. Ampla experiência na área de Contabilidade Societária.